



## Quadro Comparativo

### Medida Provisória nº 1280/2024

LEGISLAÇÃO ALTERADA	TEXTO ENCAMINHADO PELO EXECUTIVO
	Prorroga o prazo para utilização do Regime Especial de Tributação para Desenvolvimento da Atividade de Exibição Cinematográfica – Recine, constante da <a href="#">Lei nº 13.594, de 5 de janeiro de 2018</a> , e os benefícios fiscais previstos no art. 44 da <a href="#">Medida Provisória nº 2.228-1, de 6 de setembro de 2001</a> , e nos art. 1º e art. 1º-A da <a href="#">Lei nº 8.685, de 20 de julho de 1993</a> .
	O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 62 da <a href="#">Constituição</a> , adota a seguinte Medida Provisória, com força de lei:
<a href="#">Lei nº 13.594, de 5 de janeiro de 2018</a>	<b>Art. 1º</b> A <a href="#">Lei nº 13.594, de 5 de janeiro de 2018</a> , passa a vigorar com as seguintes alterações:
Art. 1º O benefício fiscal de que trata o art. 14 da <a href="#">Lei nº 12.599, de 23 de março de 2012</a> , poderá ser utilizado até 31 de dezembro de 2024, <b>observado o disposto no § 4º do art. 118 da Lei nº 13.408, de 26 de dezembro de 2016</b> .	“Art. 1º O benefício fiscal de que trata o art. 14 da <a href="#">Lei nº 12.599, de 23 de março de 2012</a> , poderá ser utilizado até 31 de dezembro de <b>2029</b> ^.”
.....	.....
§ 2º Para os anos de 2018 a 2024, o benefício de que trata o caput <b>deste artigo</b> fica limitado aos valores previstos nas respectivas leis orçamentárias anuais.	§ 2º Para os anos de 2018 a <b>2029</b> , o benefício de que trata o caput ^ fica limitado aos valores previstos nas respectivas leis orçamentárias anuais.” (NR)
<a href="#">Medida Provisória nº 2.228-1, de 6 de setembro de 2001</a>	<b>Art. 2º</b> A <a href="#">Medida Provisória nº 2.228-1, de 6 de setembro de 2001</a> , passa a vigorar com as seguintes alterações:
Art. 44. Até o período de apuração relativo ao ano-calendário de 2024, inclusive, as pessoas físicas e jurídicas tributadas pelo lucro real poderão deduzir do imposto de renda devido as quantias aplicadas na aquisição de cotas dos Funcines.	“Art. 44. Até o período de apuração relativo ao ano-calendário de <b>2029</b> , inclusive, as pessoas físicas e jurídicas tributadas pelo lucro real poderão deduzir do imposto de renda devido as quantias aplicadas na aquisição de cotas dos Funcines.
.....	.....
<a href="#">Lei nº 8.685, de 20 de julho de 1993</a>	<b>Art. 3º</b> A <a href="#">Lei nº 8.685, de 20 de julho de 1993</a> , passa a vigorar com as seguintes alterações:

LEGISLAÇÃO ALTERADA	TEXTO ENCAMINHADO PELO EXECUTIVO
Art. 1º Até o exercício fiscal de 2024, inclusive, os contribuintes poderão deduzir do imposto de renda devido as quantias investidas na produção de obras audiovisuais brasileiras de produção independente, mediante a aquisição de quotas representativas dos direitos de comercialização das referidas obras, desde que esses investimentos sejam realizados no mercado de capitais, em ativos previstos em lei e autorizados pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), e os projetos de produção tenham sido previamente aprovados pela Agência Nacional do Cinema (Ancine).	“Art. 1º Até o exercício fiscal de 2029, inclusive, os contribuintes poderão deduzir do imposto de renda devido as quantias investidas na produção de obras audiovisuais brasileiras de produção independente, mediante a aquisição de quotas representativas dos direitos de comercialização das referidas obras, desde que esses investimentos sejam realizados no mercado de capitais, em ativos previstos em lei e autorizados pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM, e os projetos de produção tenham sido previamente aprovados pela Agência Nacional do Cinema – Ancine.
Art. 1º-A Até o ano-calendário de 2024, inclusive, as quantias referentes ao patrocínio à produção de obras audiovisuais brasileiras de produção independente, cujos projetos tenham sido previamente aprovados pela Ancine, poderão ser deduzidas do imposto de renda devido apurado:	“Art. 1º-A Até o ano-calendário de 2029, inclusive, as quantias referentes ao patrocínio à produção de obras audiovisuais brasileiras de produção independente, cujos projetos tenham sido previamente aprovados pela Ancine, poderão ser deduzidas do imposto de renda devido apurado:
Art. 4º O contribuinte que optar pelo uso dos incentivos previstos nos arts. 1º, 1º-A, 3º e 3º-A, todos desta Lei, depositará, dentro do prazo legal fixado para o recolhimento do imposto, o valor correspondente ao abatimento em conta de aplicação financeira especial, em instituição financeira pública, cuja movimentação sujeitar-se-á a prévia comprovação pela Ancine de que se destina a investimentos em projetos de produção de obras audiovisuais cinematográficas e videofonográficas brasileiras de produção independente.	“Art. 4º .....
§ 2º Os projetos a que se refere este artigo e os projetos beneficiados por recursos dos programas especiais de fomento instituídos pela Ancine deverão atender cumulativamente aos seguintes requisitos:	§ 2º .....



## Quadro Comparativo

### Medida Provisória nº 1280/2024

LEGISLAÇÃO ALTERADA	TEXTO ENCAMINHADO PELO EXECUTIVO
II - limite do aporte de recursos objeto dos incentivos previstos no art. 1º e no art. 1º-A, <b>ambos desta Lei</b> , somados, é de R\$ 4.000.000,00 (quatro milhões de reais) e, para o incentivo previsto no art. 3º e no art. 3º-A, <b>ambos desta Lei</b> , somados, é de R\$ 3.000.000,00 (três milhões de reais), podendo esses limites serem utilizados concomitantemente; .....	II - limite do aporte de recursos objeto dos incentivos previstos nos art. 1º e art. 1º-A, <b>^</b> somados, é de R\$ 12.000.000,00 ( <b>doze</b> milhões de reais) e, para <b>os incentivos previstos nos</b> art. 3º e art. 3º-A, <b>^</b> somados, é de R\$ 9.000.000,00 ( <b>nove</b> milhões de reais), podendo esses limites ser utilizados concomitantemente; .....
	<b>Art. 4º</b> Para o ano de 2025, os benefícios fiscais de que trata esta Medida Provisória terão o seu custo fiscal de gasto tributário fixado no valor máximo de R\$ 300.000.000,00 (trezentos milhões de reais).
	<b>Art. 5º</b> A Agência Nacional do Cinema – Ancine acompanhará as metas e os objetivos dos benefícios fiscais de que trata esta Medida Provisória e estabelecerá indicadores para acompanhamento, observada a publicidade de suas avaliações.
	<b>Art. 6º</b> Compete ao Ministério da Cultura monitorar e adequar a concessão dos benefícios fiscais de que trata esta Medida Provisória aos montantes previstos nos orçamentos em vigor.
	<b>Art. 7º</b> Esta Medida Provisória entra em vigor na data de sua publicação.



Texto alterado



Texto revogado



Texto excluído



Indicador de exclusão de termo ou dispositivo